

# O QUE FAZER?

> Veja as estratégias da campanha do PT para confirmar — e as de Bolsonaro para tentar impedir — a vitória de Lula no segundo turno. Analistas avaliam os resultados das urnas em 2 de outubro e as projeções das pesquisas eleitorais

Páginas 3 a 7

## EDITORIAL

## CAR@ COLEGA

## DIRETORIA

A semana chega ao fim com um alento. Depois de uma reação enfática, o governo recuou e anunciou nesta sexta-feira (7) a devolução às universidades e institutos federais dos R\$ 328,5 milhões confiscados na antevéspera da eleição. Se confirmada, a tesouraria poderia inviabilizar o funcionamento das instituições, deixando uma multidão de alunos sem aulas. Só na UFRJ, o confisco representaria R\$ 18 milhões, comprometendo o pagamento de serviços básicos, como mostra nossa matéria da página 8. A situação, contudo, segue dramática: as verbas da Educação vêm caindo progressivamente no governo Bolsonaro.

A reação vitoriosa ao corte, que uniu estudantes, professores, funcionários e dirigentes, pode servir de inspiração à campanha de Luiz Inácio da Silva (PT) neste segundo turno. Ela teve foco, foi organizada e coletiva. Apesar de seus seis milhões de votos de dianteira no primeiro turno, ou mesmo por causa deles, a campanha de Lula está tendo o cuidado de traçar estratégias segmentadas e territoriais para confirmar a vitória no segundo

turno. Por seu lado, o QG de Bolsonaro aposta nas máquinas dos governos de Minas, São Paulo e Rio para tentar uma virada. Veja as estratégias dos dois lados na página 3.

Nas páginas 4 e 5, trazemos um balanço dos resultados do primeiro turno, com destaque para um levantamento sobre a reeleição de candidatos “abençoados” pelo orçamento secreto. A nova configuração da Câmara dos Deputados, com análise do perfil das bancadas de mulheres, minorias raciais, LGBTQIA+, religiosos e armamentistas, é o tema da reportagem da página 6. Na página 7, especialistas avaliam as pesquisas no primeiro turno e cogitam alguns motivos para as diferenças entre as suas projeções e os resultados das urnas, como os dados defasados do censo do IBGE.

Mobilizada para levar a candidatura de Lula à vitória no segundo turno, a AdUFRJ vai participar de atos de rua nos próximos dias, como uma manifestação neste sábado, às 10h, na Quinta da Boa Vista. Mas não se afasta do dia a dia da atividade sindical. Esta semana, a diretoria foi até o Centro Multidisciplinar UFRJ Macaé para mostrar as ações em desenvolvimento e colher sugestões e reivindicações dos docentes. Confira abaixo. A luta continua, em todas as frentes.

Boa leitura!



## ADUFRJ OUVI DEMANDAS DOS PROFESSORES DO CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE MACAÉ

A diretoria da AdUFRJ esteve em Macaé para uma reunião com os professores do Centro Multidisciplinar da UFRJ naquele município, na quarta-feira (5). O objetivo era ouvir os docentes do Centro pessoalmente, suas sugestões e reivindicações. O presidente do sindicato, João Torres, apresentou as ações da gestão. A diretora Karine Verdoorn mostrou os principais convênios, especialmente os planos de saúde, conquista recente da AdUFRJ.

A conversa durou mais de duas horas. A atual conjuntura política e as condições de trabalho dos professores do Centro foram os principais assuntos debatidos. Uma das demandas mais fortes é que os docentes de Macaé não tenham mais que ir ao Rio para realizar perícias trabalhistas e médicas. Os professores querem garantir um bom

atendimento pela equipe de saúde do trabalhador naquele campus.

Os planos de saúde também estiveram em pauta. A professora Inês Leoneza de Souza, do Instituto de Enfermagem, ponderou sobre o paradoxo vivido pelos docentes que, ao mesmo tempo, defendem o SUS e precisam do plano de saúde. As promoções e progressões funcionais também foram discutidas.

Na quinta-feira, a diretoria da AdUFRJ participou da cerimônia de posse do primeiro decano eleito do novo Centro, o professor Irnak Marcelo Barbosa. Na ocasião, a reitora Denise Pires de Carvalho invocou a união da universidade contra os cortes orçamentários que, até então, não tinham sido revertidos. “Somos resistência, seremos força. Não vencerão a nossa força e a nossa resistência”.



## LABORATÓRIO PEGA FOGO NO CT

O laboratório Central Analítica de Graduação, do departamento de Química Orgânica do Instituto de Química, pegou fogo na madrugada de segunda-feira, dia 3. A sala fica no sexto andar do bloco A do Centro de Tecnologia, mas pertence ao Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza. As imagens captadas pela câmera de segurança da sala mostram que o incêndio começou à meia-noite no local onde ficava o ar-condicionado. Ninguém se feriu. O laboratório possui vedação e porta corta-chamas, o que ajudou a conter o incêndio. “Nossa preocupação com a segurança evitou uma catástrofe”, revela o professor Pierre Esteves, coordenador do laboratório. O fogo apagou espontaneamente durante a madrugada, sem que ninguém ouvisse o alarme de incêndio. A decania do CT apura.

## CONVÊNIO

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

## RIO DE JANEIRO



CLUB PET



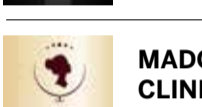
MAPLE BEAR TIUJCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIUJCA FIT



MADONA CLINIC



PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



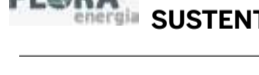
ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



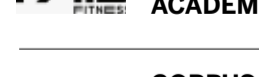
CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALUNGA PAPELARIA



DROGRARIA RAIA

## O QUE FAZER?

> Professores analisam os resultados do primeiro turno e propõem estratégias para a vitória em 30 de outubro. Há consenso de que a disputa não está definida

## “NÃO SERÁ FÁCIL PARA NENHUM DOS DOIS”

ALEXANDRE MEDEIROS E JÚLIA FERNANDES  
comunica@adufjr.org.br



Lula terá que manter seu índice e reforçar sua posição no Nordeste, intensificar sua atuação no Norte e Centro-Oeste, tentar crescer um pouco no Sul e, ao mesmo tempo, ir para uma batalha de vida ou morte em São Paulo, Minas e Rio.

PAULO BAÍA  
Professor de Ciência Política

tágio de WhatsApp e Telegram, onde a campanha de Bolsonaro tem muita densidade”, avalia o sociólogo e cientista político Paulo Baía, professor do IFCS/UFRJ.

Para a cientista política Mayra Goulart, professora do IFCS e vice-presidente da AdUFRJ, os seis milhões de votos de vantagem obtidos por Lula devem servir de combustível à militância para ir às ruas. “Estamos diante de um candidato no poder, que tem a máquina, o que por si só é uma vantagem imensa. E ele se movimentou de maneira inédita, fez políticas radicalmente eleitoreiras, com o objetivo de criar uma política econômica artificial que melhorasse a avaliação do seu governo. Isso teve resultados, a um preço absurdo, que nós vamos pagar durante muitos anos. Mas, mesmo assim, não foi o resultado esperado pelo

governo. Lula teve muitos votos, mesmo numa situação muito adversa”, diz Mayra, para quem a mobilização dos movimentos sociais é fundamental para a vitória do petista.

## ESTRATÉGIAS

Os primeiros dias de campanha no segundo turno foram dedicados à costura de apoios em ambos os lados. De acordo com uma fonte da campanha de Bolsonaro, o apoio das máquinas estaduais será fundamental para ampliar a vantagem do candidato no Rio e em São Paulo e superar o petista em Minas. “Cláudio Castro vai cair de cabeça na Baixada e no interior fluminense, acreditamos que o presidente vai aumentar sua vantagem sobre Lula no Rio”, diz a fonte.

A campanha de Lula vai centrar fogo no Rio na Baixada, em São Gonçalo e na Zona Oeste da capital. “O prefeito Eduardo Paes será muito importante na Zona Oeste, colocando sua base de vereadores para ir a campo. Rodrigo Neves — candidato derrotado do PDT ao governo do Rio — está entrando com a força que tem em Niterói e em São Gonçalo. Temos boas conversas em andamento com dois importantes prefeitos da Baixada, o Rogério Lisboa (PP), de Nova Iguaçu, e o Waguinho (União Brasil), de Belford Roxo, há uma boa perspectiva de se juntarem a nós. Assim como o deputado Aurore Ribeiro (Solidariedade), que tem boa penetração em Caxias”, revela Tiago Santana, presidente do PT no Rio de Janeiro. Lula estará no Rio no próximo dia 11, véspera do dia da padroeira do Brasil, em agenda ainda não definida, mas que incluirá um dos três

territórios prioritários: Baixada, São Gonçalo e Zona Oeste.

Um integrante do comando de campanha do PT garante que, em São Paulo, Lula dará especial atenção ao interior do estado. “Ele não foi ao interior no primeiro turno, foi um erro. Já temos uma viagem programada para Campinas”, revela esse dirigente. Segundo ele, no Nordeste a ideia é fazer uma rede de proteção aos votos já obtidos, explorando, sobretudo, a xenofobia de Bolsonaro em relação aos nordestinos, reforçada na live do presidente desta quinta-feira (6), em que ele associou a boa votação de Lula na região ao analfabetismo.

Para a deputada federal reeleita Jandira Feghali (PCdoB-RJ), há que se ter um olhar especial para a abstenção. “O estado do Rio de Janeiro foi dos que tiveram a maior abstenção, e a capital também. E temos condições de ampliar a votação no Rio. Inclusive ampliação ao centro, buscando prefeitos do interior do estado. É fundamental uma intensa mobilização, com agenda nos territórios, nos bairros, nas periferias, com as propostas concretas de Lula para melhorar a vida do povo. E mostrar os riscos de uma reeleição de Bolsonaro, é preciso mostrar isso também, para ampliar a rejeição a ele”, acredita a deputada.

A busca pelo eleitorado de centro também é uma preocupação das duas campanhas. “Eu acho mais fácil o Lula fazer esse movimento em direção à direita do que o contrário, porque ele é uma figura muito mais maleável que o Bolsonaro”, afirma o cientista político Carlos Alberto Almeida, professor da UFF. Ele acredita que Lula pode conquistar mais votos se apostar agora

em temáticas não tão exploradas no primeiro turno: “Eu acho que o Lula pode vir a enfatizar mais o tema econômico e o do meio ambiente. Ele pode mobilizar apoiadores importantes, como a Marina Silva”.

Já para o cientista político Fernando Meireles, professor da USP, a disputa por espaços territoriais será acirrada. “Bolsonaro perdeu espaço em praticamente todas as capitais e nas cidades maiores, mas cresceu no interior. Para ele, o esforço no segundo turno vai ser direcionado para esses grandes centros. No caso do Lula, o grande foco de atenção precisa ser o Nordeste, principalmente no interior, onde o Bolsonaro melhorou. É um lugar em que o PT historicamente sempre foi bem, então vai ser um grande desafio”, analisa.

Para Elisa Guaraná, professora de Ciências Sociais da UFRJ e presidente da AdUR, Bolsonaro deve reforçar uma estratégia que se mostrou eficaz até aqui. “Ele está o tempo todo trabalhando em dois pilares: a corrupção e o tema de valores. E isso funcionou para o primeiro turno, para que ele tivesse esse fôlego muito maior do que as pesquisas estavam apontando”, esclarece.

Por outro lado, Elisa percebe um resgate do público evangélico para a campanha de Lula, e que isso tem um efeito importante: “Voltou-se ao patamar de 2014. Há um esforço muito grande de trabalhar dentro dos espaços da igreja evangélica, com pastores e pastoras. O caminho é os próprios religiosos falarem com as pessoas, em um diálogo direto”.

Pelo lado do PT, isso já vem sendo feito. Deputado federal eleito, Reimont (PT-RJ) diz que a temática religiosa é um dos focos. “No segmento religioso, há uma possibilidade real de ampliarmos nossa votação, pois há muita mentira circulando. Tenho trabalhado nesse tema no meio religioso. Já fizemos uma reunião com padres em Mangueiras para traçar estratégias. E temos reuniões agendadas com evangélicos e com outras matrizes. Pretendemos fazer um grande encontro com todos. Estamos também mobilizando diversas lideranças religiosas para fazer lives nas redes e desfazer as mentiras que estão sendo veiculadas, como a perseguição a padres, a perseguição a igrejas evangélicas”, informa Reimont. “Estou bem animado, acho que vamos vencer as eleições”, completa.

Assim seja

## AGENDA DE MOBILIZAÇÕES

A AdUFRJ participa de duas atividades nos próximos dias para protestar contra os cortes no orçamento das universidades. O Comitê de Luta da UFRJ organiza uma manifestação na Quinta da Boa Vista, em frente ao Museu Nacional, às 10h deste sábado (8). As entidades representativas da universidade — AdUFRJ, APG, DCE, Sintufjr e ATTUFRJ — também marcaram um ato para a escadaria do Centro de Ciências da Saúde, na segunda-feira (10), ao meio-dia. Por um governo que valorize a educação de qualidade, o sindicato dos docentes se empenha para eleger Lula e derrotar Bolsonaro, no dia 30 de outubro.



# ORÇAMENTO SECRETO FINANCIOU CAMPANHA

Levantamento realizado pelo **Jornal da AdUFRJ** mostra que estratégia bolsonarista turbinou candidaturas vitoriosas de deputados federais

SILVANA SÁ E IGOR VIEIRA  
comunica@adufjrj.org.br

Dez deputados federais que mais receberam recursos do orçamento secreto, nove deles ampliaram sua base eleitoral e foram reeleitos este ano. O campeão Arthur Lira, atual presidente da Câmara, recebeu em dois anos R\$ 492 milhões. Levantamento realizado pelo Jornal da AdUFRJ descobriu que o parlamentar participou de mais de 30 eventos de lançamentos de obras de infraestrutura dos grandes e pequenos municípios de seu estado, Alagoas, a partir do ano passado.

De 2020 a 2022, foram distribuídos pela União R\$ 52 bilhões via orçamento secreto. Todos os parlamentares analisados pela reportagem (veja quadro ao lado) tiveram apoio estreito sobretudo das prefeituras dos interiores. "O resultado desta eleição mostra a eficácia do orçamento secreto em alavancar essas candidaturas", avalia o professor Ivo Coser, do Departamento de Ciência Política do IFCS. "As menores prefeituras, em geral, que mais precisam de dinheiro, são as mais sensíveis". A manobra, puramente discricionária, segundo o especialista, piora a nossa democracia, pois "foge do controle orçamentário e político". "É um artifício que não se submete a um controle claro de distribuição e que depende apenas da vontade do presidente da Câmara".

Para a professora Mayra Goulart, o orçamento secreto favorece o fisiologismo. "O que se observa é a manutenção das grandes elites políticas nacionais. São aqueles políticos fisiológicos, que controlam bases territoriais", diz a cientista política. "E que utilizam o orçamento secreto para alinhavar essas bases territoriais", avalia. "O orçamento secreto, portanto, confirma o jogo político, que é dominado por essas elites locais".

A professora Thais Aguiar, também da Ciência Política do IFCS, considera que, apesar do orçamento secreto, a nova legislatura da Câmara tem maior equilíbrio de forças, em comparação com 2018. "Embora o PL tenha a maior bancada na Câmara nos últimos 24 anos, temos outra força, do PT, que cresceu de 56 para 68 parlamentares", destaca. "Temos grandes blocos que se mantêm em equilíbrio. O Centrão, que é pendular, é que requererá mais negociação".

## Deputados que mais receberam recursos:



**MARCELO RAMOS**  
(PSD-AM)  
**R\$ 162,6 milhões**  
redução de **31,03%\***  
(não eleito)



**JHONATAN DE JESUS**  
(Republicanos-RR)  
**R\$ 153,9 milhões**  
aumento de **48,05%\***  
(reeleito)



**ALUISIO MENDES**  
(PSC-MA)  
**R\$ 121,8 milhões**  
aumento de **19,66%\***  
(reeleito)



**WELLINGTON ROBERTO**  
(PL-PB)  
**R\$ 123,9 milhões**  
aumento de **1,49%\***  
(reeleito)



**HUGO MOTTA**  
(Republicanos-PB)  
**R\$ 184,6 milhões**  
aumento de **71,05%\***  
(reeleito)



**ELMAR NASCIMENTO**  
(União-BA)  
**R\$ 141,5 milhões**  
aumento de **68,98%\***  
(reeleito)



**MARCOS PEREIRA**  
(Republicanos-SP)  
**R\$ 223,8 milhões**  
aumento de **66,44%\***  
(reeleito)



**HUGO LEAL**  
(PSD-RJ)  
**R\$ 135,5 milhões**  
redução de **21,23%\***  
(reeleito)



**ARTHUR LIRA**  
(PP-AL)  
**R\$ 492 milhões**  
aumento de **52,55%\***  
(reeleito)



**LUIS TIBÉ**  
(Avante-MG)  
**R\$ 143,8 milhões**  
aumento de **113,03%\***  
(reeleito)

\* Diferença dos votos das eleições 2018 para as de 2022

# PERFORMANCE DO PT É A SEGUNDA MAIOR DA HISTÓRIA

> Especialista analisa aumento do eleitorado do Partido dos Trabalhadores: "Defende seu legado de inclusão social e distribuição de renda", afirma Mayra Goulart, do IFCS. Novo Senado preocupa

SILVANA SÁ E IGOR VIEIRA  
comunica@adufjrj.org.br

Passado o primeiro turno das eleições, é hora de analisar o que as urnas nos dizem. Em âmbito nacional, um dos dados que chama atenção é o aumento de votantes no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e no PT. Desde 1989, o partido e o candidato vêm numa crescente conquista do eleitorado. Houve oscilação para baixo apenas em 2014 e 2018. "Essa votação é importante

porque nos mostra que não devemos aderir a discursos derrotistas, nem a nada que venha tornar essa campanha reativa", analisa a professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ e docente do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. "Essa é uma campanha proativa. Estamos apresentando e defendendo uma visão de sociedade", argumenta.

Para a cientista política, o desempenho de Lula no primeiro turno tem dois qualificadores. Um deles é o fato de seu oponente ser o atual presidente da República. "É uma vitória sobre um presidente incumbente", diz. "Além disso, Bolsonaro faz

partido de esquerda. Defendendo seu legado de inclusão social e distribuição de renda", afirma. Ao mesmo tempo, Bolsonaro perdeu pequeno percentual de seu eleitorado. A docente acredita que essa queda seja resultado da má condução da pandemia, mas a maior tendência é de fidelização de seus eleitores. "Quem vota em Bolsonaro está satisfeito porque ele entregou o que prometeu, algo muito abstrato que é a 'manutenção da ordem', da família tradicional".

Também professora do IFCS, a cientista política Thais Aguiar analisa o quadro legislativo. Na Câmara, a docente acredita que se manteve um equilíbrio

entre forças que já disputavam a casa. A novidade mesmo é o Senado. "Já houve uma ofensiva do PL, se entendendo como partido majoritário, de galgar à presidência do Senado", diz. "Isso coloca em risco projetos de leis progressistas e acaba com as questões dos freios e contrapesos dos Poderes", acredita a professora. "A própria Damares (Alves, ex-ministra de Bolsonaro) falava, quatro meses antes das eleições, que disputaria a presidência do Senado".

partido de esquerda. Defendendo seu legado de inclusão social e distribuição de renda", afirma. Ao mesmo tempo, Bolsonaro perdeu pequeno percentual de seu eleitorado. A docente acredita que essa queda seja resultado da má condução da pandemia, mas a maior tendência é de fidelização de seus eleitores. "Quem vota em Bolsonaro está satisfeito porque ele entregou o que prometeu, algo muito abstrato que é a 'manutenção da ordem', da família tradicional".

## COMPARATIVO DE OUTRAS ELEIÇÕES



**1989**  
1º TURNO  
eleitorado:  
**82.074.718**  
comparecimento:  
**72.290.216 (88,08%)**  
abstenção:  
**9.784.502 (11,92%)**  
votos válidos:  
**68 milhões (93,5%)**  
brancos e nulos:  
**5 milhões (6,5%)**  
Collor - PRN:  
**20.611.030 votos (30,48%)**  
Lula - PT:  
**11.622.321 votos (17,19%)**



**1994**  
1º TURNO  
eleitorado:  
**94.732.410**  
comparecimento:  
**77.898.464 (82,23%)**  
abstenção:  
**16.833.946 (17,77%)**  
votos válidos:  
**63.262.331 (81,21%)**  
brancos e nulos:  
**14.636.133 (18,79%)**  
Fernando Henrique PSDB:  
**34.350.217 votos (54,24%)**  
ELEITO  
Lula - PT:  
**17.112.255 votos (27,07%)**



**1998**  
1º TURNO  
eleitorado:  
**106.100.596**  
comparecimento:  
**83.297.773 (78,50%)**  
abstenções:  
**22.802.823 (21,49%)**  
votos válidos:  
**67.722.303 (81,30%)**  
brancos e nulos:  
**15.575.470 (18,7%)**  
Fernando Henrique PSDB:  
**35.936.382 votos (53,06%)**  
ELEITO  
Lula - PT:  
**21.475.211 votos (31,71%)**



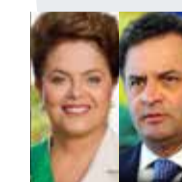
**2002**  
1º TURNO  
eleitorado:  
**115.253.816**  
comparecimento:  
**94.805.583 (82,25%)**  
abstenção:  
**20.448.233 (17,74%)**  
votos válidos:  
**84.952.512 (89,60%)**  
brancos e nulos:  
**9.850.438 (17,75%)**  
Lula - PT:  
**39.455.233 votos**  
(46,44%) - 2º turno  
José Serra - PSDB:  
**19.705.445 votos**  
(23,19%) - 2º turno



**2006**  
1º TURNO  
eleitorado:  
**125.912.935**  
comparecimento:  
**104.820.459 (83,25%)**  
abstenção:  
**21.092.675 (16,75%)**  
votos válidos:  
**95.996.733 (91,58%)**  
brancos e nulos:  
**8.823.726 (8,42%)**  
Lula - PT:  
**46.662.365 votos**  
(48,60%) - 2º turno  
Geraldo Alckmin - PSDB:  
**39.968.369 votos**  
(41,63%) - 2º turno



**2010**  
1º TURNO  
eleitorado:  
**135.804.433**  
comparecimento:  
**111.193.747 (81,88%)**  
abstenção:  
**24.610.296 (18,12%)**  
votos válidos:  
**101.590.153 (91,36%)**  
brancos e nulos:  
**9.603.594 (8,64%)**  
Dilma Rouseff - PT:  
**47.651.434 votos**  
(46,91%) - 2º turno  
José Serra - PSDB:  
**33.132.283 votos**  
(32,61%) - 2º turno



**2014**  
1º TURNO  
eleitorado:  
**142.822.046**  
comparecimento:  
**115.122.611 (80,61%)**  
abstenção:  
**27.699.435 (19,39%)**  
votos válidos:  
**104.023.543 (90,36%)**  
brancos e nulos:  
**11.099.068 (9,64%)**  
Dilma Rouseff - PT:  
**43.267.668 votos**  
(41,59%) - 2º turno  
Aécio Neves - PSDB:  
**34.897.211 votos**  
(33,55%) - 2º turno



**2018**  
1º TURNO  
eleitorado:  
**147.306.295**  
comparecimento:  
**117.364.654 (79,67%)**  
abstenções:  
**29.941.171 (20,33%)**  
votos válidos:  
**107.050.749 (91,21%)**  
brancos e nulos:  
**10.313.159 (8,79%)**  
Jair Bolsonaro - PSL:  
**49.276.990 votos**  
(46,03%) - 2º turno  
Fernando Haddad - PT:  
**31.342.051 votos**  
(29,28%) - 2º turno



**2022**  
1º TURNO  
eleitorado:  
**147.918.483**  
comparecimento:  
**123.682.372 (79,05%)**  
abstenções:  
**32.770.982 (20,95%)**  
votos válidos:  
**118.229.719 (95,59%)**  
brancos e nulos:  
**5.452.653 (4,41%)**  
Lula - PT:  
**57.259.504 votos**  
(48,43%) - 2º turno  
Jair Bolsonaro - PL:  
**51.072.345 votos**  
(43,20%) - 2º turno

# BANCADAS TEMÁTICAS

ESTELA MAGALHÃES  
comunica@adufrrj.org.br

Com o fortalecimento do conservadorismo, as bancadas temáticas na Câmara dos Deputados têm maior

peso para a direita. "Houve uma manutenção do tamanho da esquerda e um aumento de partidos à direita no lugar de partidos que operavam entre o centro e a direita", analisa o professor Jorge Chaloub, de Ciência Política da UFRJ. O Partido Liberal, ao qual Jair Bolsonaro é filiado, detém a maior bancada na Câmara e foi o que mais cresceu, passando de 76 para 99 representantes a partir de 2023. "Ocorreu um crescimento de figuras e de partidos que têm se vinculado mais diretamente ao atual governo. Vemos uma caminhada da direita rumo a uma extrema-direita", completa.

Para o professor, a agenda tradicional da extrema-direita será fortalecida, enquanto pautas mais progressistas perderão peso. "Pautas que ampliam os direitos individuais de minorias não ter uma grande dificuldade nesta Câmara. Por outro lado, pautas que facilitam o acesso a armas e que reduzem a capacidade do Estado de atuar em políticas sociais para reduzir desigualdades terão mais facilidade", indica.

Ainda assim, ele destaca a importância da renovação da liderança da esquerda a partir dessas eleições. "Mesmo que esses grupos não consigam construir uma maioria na Câmara para aprovar e barrar leis, a presença desses parlamentares faz muita diferença pela capacidade de localizar demandas, vocalizar pautas e modificar padrões de representação", diz o professor.

Ainda distante de um reflexo igualitário da sociedade, a representação feminina na câmara foi de 15% para quase 18%. Para a professora Clara Araújo, de Ciências Sociais da Uerj, a luta das deputadas eleitas deve ser para preservar o que já foi conquistado. "É preciso considerar os compromissos ou não das deputadas em relação à igualdade de gênero", lembra. A professora ainda destaca o conservadorismo do Congresso. "O PL, por exemplo, elegeu 17 mulheres. É pouco provável que haja um avanço da pauta de igualdade de gênero, a luta será para manter o que já foi



**Mesmo que esses grupos não consigam construir uma maioria na Câmara para aprovar e barrar leis, a presença desses parlamentares faz muita diferença"**

JORGE CHALOUB

Professor de Ciência Política da UFRJ

conquistado", analisa.

Dentre as mulheres eleitas estão Erika Hilton e Duda Salabert, as duas primeiras transsexuais a ocuparem a Câmara dos Deputados. "A eleição dessas deputadas é fruto de uma resistência muito intensa", analisa a professora Jaqueline de Jesus, do IFRJ e da UFRRJ, ativista do movimento LGTBQIA+. "Temos uma situação muito grave de retrocesso no Brasil. Nós tínhamos um deputado federal declaradamente LGBT, que era o Jean Wyllys. E ele teve que sair do Brasil porque sua família foi ameaçada de morte", lembra a professora. "É necessário um engajamento muito maior no contexto político brasileiro hoje de mulheres, negros, indígenas e LGBTs para estarem representados do que dos homens brancos, isso independentemente da esquerda ou da direita", completa.

A representação negra também cresceu com essas eleições, chegando a 135 deputados pretos ou pardos. A professora Jaqueline atenta para o comprometimento dos deputados com as pautas de igualdade racial. "Para determinar a bancada antirracista, é preciso analisar as propostas dos deputados eleitos quanto à inclusão da população negra e da população indígena e acompanhar a legislação", diz.

O professor Wallace Moraes, de Ciência Política da UFRJ e integrante do Coletivo de Docentes Negros, ainda destaca a possibilidade de fraude na autodeclaração dos parlamentares. "Em função da obrigatoriedade de candidaturas negras que ganham mais dinheiro do fundo partidário, muitos corpos brancos têm se apresentado como negros de maneira sorrateira", diz. "A maioria dos

> Em meio a uma Câmara conservadora, a caminho da extrema-direita, representantes minoritários eleitos trazem avanços para a igualdade

## MULHERES



A bancada feminina cresceu de 77 cadeiras em 2018 para 91 a partir dessas eleições. As mulheres vão ocupar 17,7% das vagas na Câmara. "Temos um congresso mais conservador", analisa a professora Clara Araújo. "A representação não pode ser vista só pela questão numérica. É preciso considerar os compromissos ou não das deputadas em relação à igualdade de gênero", completa.

## MINORIAS RACIAIS



O número de deputados autodeclarados pretos ou pardos cresceu de 124 para 135 em 2022. "As mudanças devem vir pela auto-organização dos movimentos sociais negros, que pressionam o Congresso majoritariamente conservador e racista", ressalta o professor Wallace Moraes. A representação indígena também cresceu, agora com cinco cadeiras na Câmara.

## LGTBQIA+



"Essas eleições mostram um reconhecimento por parte do eleitorado de que não basta apenas ter pessoas de esquerda, no caso homens brancos cisgêneros, representando", diz a professora Jaqueline de Jesus. A eleição das duas primeiras deputadas federais transsexuais, Erika Hilton e Duda Salabert, indica uma resistência representativa num momento de conservadorismo.

## RELIGIOSOS



A bancada evangélica deve representar 20% da Câmara dos Deputados a partir de 2023. Em 2018 ela tinha quase 17% das cadeiras. "Os grupos religiosos passaram a não somente influenciar, mas a eleger representantes para uma ação política direta. São uma marca da nossa sociedade", analisa o professor Jorge Chaloub.

## ARMAMENTISTAS



A bancada armamentista, também conhecida como bancada da bala, terá 23 representantes no Congresso, sendo 16 deputados e sete senadores. "Está posta a agenda do armamento da população como um elemento de liberdade de uma maneira muito distorcida", diz José Moroni, membro da ONG Inesc.

candidatos negros foram eleitos por partidos de direita que historicamente não compram a luta antirracista. É necessário retomar as ruas, porque assim conseguiremos impor nossas pautas independentemente de quem for governo", completa.

## RETROCESSOS

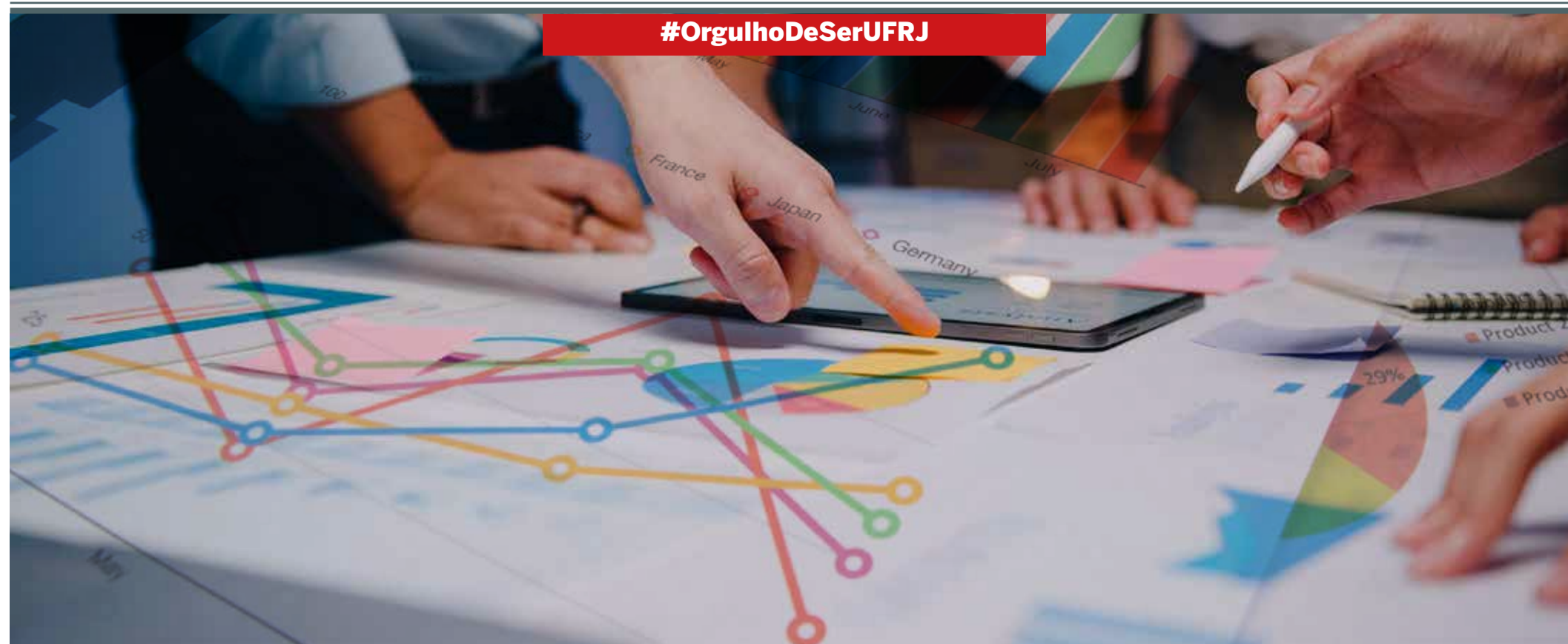
A bancada da bala e a bancada evangélica ganham força com o crescimento da direita na Câmara dos Deputados. O número de policiais eleitos saltou de 25, em 2018, para 37, em 2022. "A bancada da bala tem sido bastante forte e, com as articulações ao longo da legislatura, pode ainda aumentar muito", diz José Moroni, da ONG Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). "Está posta a agenda do armamento da população. Você ter arma não significa que você vai ter mais segurança, mas essa é a concepção da extrema-direita", lamenta.

Além disso, onze parlamentares que usam identificações evangélicas como "pastor" e "missionário" foram eleitos. "Eles tendem a ter um papel positivo, como toda bancada, de passar suas pautas, mas também o poder de veto, que não é menor e consegue impedir o avanço de pautas progressistas", diz o professor Jorge Chaloub. "Eles representam uma base social mobilizada e interessada, então não são um desvio do nosso sistema representativo, mas uma marca da nossa sociedade", completa.

## AGRONEGÓCIO

A Frente Parlamentar do Agropastoraleleu 126 deputados dos 241 e a composição de bancada ruralista vai depender das articulações durante a legislatura. "Apesar de ter pontos em comum, o agro não é uniforme", destaca o professor Jorge Chaloub. "Há uma bancada que defende basicamente o fim de qualquer regulação ambiental e outra que reconhece a necessidade de algumas limitações até para manter o acesso ao mercado internacional", explica.

Em contrapartida, o Movimento dos Sem Terra conquistou três vagas na Câmara e Camilo Santana, do Coletivo Nacional de Juventude do MST, evidencia a importância cada vez mais forte da pauta ambiental. "Os deputados devem levar a luta para o Congresso enquanto a militância dos movimentos faz a luta nas ruas para avançarmos na nossa construção de direitos, dignidade, reforma agrária e demarcação de terras indígenas", diz.



# Pesquisas ajudam a fortalecer a democracia

Especialistas ouvidos pelo Jornal da AdUFRJ são contrários à criminalização dos institutos, como defendem lideranças bolsonaristas. Falta de censo demográfico atualizado prejudicou trabalho

KELVIN MELO  
kelvini@adufrrj.org.br

As pesquisas eleitorais são instrumentos importantes para a democracia e passam por constante aperfeiçoamento, dizem especialistas ouvidos pelo Jornal da AdUFRJ. No caso das atuais eleições, o governo Bolsonaro contribuiu para ampliar as divergências entre levantamentos e o resultado das urnas ao não atualizar o Censo Demográfico nos últimos dois anos e ao incentivar comportamentos anticientíficos.

"Os institutos de pesquisa montam suas amostras a partir dos dados conhecidos sobre a população. A fonte mais utilizada costuma ser o censo. O problema é que o último já tem mais de 10 anos, pois Bolsonaro impediu a realização dele", afirma Theófilo Rodrigues, um dos coordenadores do Laboratório de Partidos e Política Comparada (LAPPCOM), vinculado ao Departamento de Ciência Política da UFRJ. "Ou seja, cada instituto atualizou o censo de um modo distinto. Essa é a principal razão das diferenças entre os institutos. Na eleição de 2024, não haverá esse problema", completou.

As diferenças atuais não justificam a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o trabalho dos institutos, como pede o senador Marcos do Val (Podemos-ES). Ou o pedido de investigação à Polícia Federal do ministro da Justiça, Anderson Torres. Muito menos o projeto de lei protocolado pelo líder do governo na Câmara, Ricardo de Barros (PP-PR), que prevê pena de reclusão e multa dos responsáveis pelos institutos que divulgarem pesquisas em que o resultado das urnas fique fora da margem de erro prevista.

"Fiscalização demais nunca é problema. É saudável que institutos de pesquisas sejam fiscalizados. Mas uma CPI como instrumento de perseguição é exagero. Há temas mais importantes para



**Os institutos de pesquisa montam suas amostras a partir dos dados conhecidos sobre a população. A fonte mais utilizada costuma ser o Censo. O problema é que o último já tem mais de 10 anos, pois Bolsonaro impediu a realização dele**

THEÓFILO RODRIGUES  
Coordenador do LAPPCOM

serem alvos de CPI no Brasil", argumenta o coordenador do Lappcom.

A Associação Brasileira dos Pesquisadores Eleitorais (Abrapel) também respondeu aos questionamentos bolsonaristas, esta semana. "Pesquisas de opinião são realizadas de maneira científica há décadas em democracias no mundo todo. São instrumentos fundamentais para o conhecimento da sociedade, para a

formulação de políticas públicas e para a informação dos cidadãos", diz um trecho. "Pesquisas de opinião apontam tendências e percepções e, no caso de eleições, de maneira alguma pretendem produzir prognósticos".

Alessandra Maia, integrante do Lappcom e professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC, concorda. "Os institutos precisam prestar contas. Mas cobrar é uma coisa, proibir é outra", disse. "Passa pela discussão pública o fato de que é preciso aperfeiçoar os métodos. O nome já está dado: pesquisa. Que é baseada em acerto e erro. Quando ocorre algo que foge da situação controle, precisa ser avaliado para ser aperfeiçoado. A gente vive um momento muito anticientífico".

A docente chama atenção para variáveis que fogem ao controle de qualquer modelo. "Ainda que a gente consiga estimar qual o percentual da população que vota em cada candidato, também é preciso pensar quem de fato vai votar. A pessoa diz que vai votar no fulano, mas no dia não vai votar. Em algumas regiões, tivemos até 25% de abstenção", explica.

As pesquisas também prestam um papel pedagógico. "Se você mora num lugar que é muito bolsonarista, você acha que o Bolsonaro vai ganhar. Isso não necessariamente vai acontecer. A pesquisa também ajuda neste sentido, de trazer mais realidade para as pessoas de que há outros que pensam diferente", avalia a professora.

## MAIS TRANSPARÊNCIA

Professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC e integrante do grupo de pesquisa Graphus, Antonio Alkmim é

outro especialista contrário à criminalização dos institutos, mas cobra mais transparência das pesquisas. "As bases de dados precisam ser divulgadas até para verificar inconsistências. Isso não precisa ser no exato momento, mas pode ser uma semana depois. O instituto que fizer isso vai possibilitar a checagem pública da qualidade das pesquisas", afirma. "Hoje, são divulgados os gráficos, a metodologia, os relatórios. A 'planilha Excel', digamos assim, sem a identificação das pessoas, você não tem. Posso ter um conjunto de informações cruzadas muito maior que o divulgado. Só divulgam a ponta do iceberg".

Pesquisador aposentado do IBGE, Alkmim também cobra fortalecimento do instituto e a realização de um bom censo da população. "O que é o início dos parâmetros demográficos e sociais para que se desenhe uma boa e confiável amostragem dos eleitores". Uma tarefa que deve envolver em parceria o Tribunal Superior Eleitoral, que tem problemas em seu cadastro. "Eu me mudo e não atualizo o título. Se morrer, demora duas eleições para sair do cadastro. Quando você se registra, dá o seu nível de instrução e isso fica lá. O TSE não sabe se você estudou mais", exemplificou.

O docente aponta o negacionismo como fator que pode ter contribuído para a subestimação dos votos nos bolsonaristas. Algo que também escapou do controle dos institutos. "Entrevistadores foram agredidos na rua. Pode-se apontar razoavelmente a hipótese de que as recusas (às pesquisas) estiveram mais provavelmente ligadas à raiva, ao ódio e ao negacionismo".

## RECORDE DE PESQUISAS

Nunca houve tantas pesquisas de intenção de voto no país. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral atualizados até este dia 7, foram realizadas 2.576. Em todo o 2018, houve 1.554 registros. Neste ano, a maioria ocorreu para os governos dos estados (1.537) e para o Senado (1.407). Os levantamentos para a presidência vêm em terceiro lugar, com 1.004. "Se considerarmos que informação é elemento-chave em uma democracia, quanto mais pesquisas houver, melhor para a democracia", acrescenta Rodrigues.

# GOVERNO RECUA APÓS PRESSÃO DAS UNIVERSIDADES

> Apenas dois dias após cortar R\$ 328,5 milhões nas universidades, MEC disse que devolveria os recursos. Comunidade acadêmica alertou para o risco de fechamento das instituições

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

REPRODUÇÃO DA INTERNET

O governo sentiu a pressão da comunidade acadêmica. Apenas dois dias após cortar R\$ 328,5 milhões das instituições, com base em decreto do dia 30/9, o Ministro da Educação (MEC) anunciou a devolução dos recursos.

Na tarde desta sexta-feira (7), um envergonhado ministro Victor Godoy, que antes acusava reitores de exploração política do caso, foi ao Twitter divulgar a liberação do dinheiro. A tão alardeada “responsabilidade fiscal”, justificativa dos cortes, teria sido mantida sem problemas, como num passe de mágica.

“Vejo como uma vitória política das universidades. Da Andifes, do movimento sindical de docentes e técnicos e dos estudantes. O governo reconhece que havia retirado o orçamento e a nossa movimentação demonstrou como isto inviabilizaria as atividades”, afirmou o pró-reitor de Finanças da UFRJ, professor Eduardo Raupp.

Só na maior federal do país, que enfrenta grave crise financeira, a medida representaria menos R\$ 18 milhões para o pagamento de serviços básicos de funcionamento, como limpeza e vigilância. “Se não fosse revertido, não conseguiríamos pagar as contas de setembro e parte de outubro como tínhamos planejado”, informou Raupp. Tirando o (pouco) dinheiro para investimentos e algumas verbas “carimbadas” — ou seja, com destinação específica —, a UFRJ teria apenas R\$ 600 mil para despesas de custeio.

A norma do governo impedia a movimentação dos recursos até o fim de novembro “em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal”, segundo nota de esclarecimento divulgada pelo Ministério de Educação. Dizia ainda que os valores seriam restabelecidos a partir de 1º de dezembro. Mas poderia ser tarde demais para a UFRJ, que conta com cada centavo para chegar até o fim do ano funcionando.

“É como se a gente estivesse no respirador artificial e o governo mandasse desligar e só religar em dezembro”, comparou Raupp. No fim do primeiro semestre, a universidade já tinha sofrido um corte de R\$ 23 milhões. O dinheiro não foi devolvido.

Há pouca margem para ajustes internos. Em setembro, a universidade já tinha conseguido negociar a suspensão dos pagamentos para Light e Águas do Rio, que somam R\$ 6,5 milhões mensais, em média. Mas a moratória só garante um pouco mais de fôlego para as demais contas.

## CAOS

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) chamou a imprensa



PROTESTO de estudantes diante da reitoria da UFBA em Salvador foi decisivo para o recuo do governo

“  
Vejo como uma vitória política das universidades. Da Andifes, do movimento sindical de docentes e técnicos e dos estudantes

EDUARDO RAUPP  
Pró-reitor de Finanças

para denunciar a gravidade da situação na quinta-feira (6).

O governo afirmava que, mesmo considerando a limitação temporária de empenhos, o orçamento disponível para as universidades este ano é maior do que o de 2021. Mas tudo não passa de um jogo com os números que desconsidera a corrosão inflacionária. “As verbas discricionárias têm caído desde 2016”, esclareceu o presidente da Andifes, Ricardo Fonseca, que é reitor da Universidade Federal do Paraná.

Em função da pandemia e da migração de aulas e serviços administrativos para o remoto, as instituições conseguiram sobreviver em 2020 e 2021. Este ano, com o retorno presencial amplo, a economia de recursos não é mais possível. A Andifes cobra, no mínimo, o orçamento de 2019 — o último ano inteiramente presencial, antes da pandemia —, corrigido pela inflação. “Começamos 2022 numa situação de tremenda preocupação com o orçamento aprovado no final do ano passado pelo Congresso”, disse o reitor da UFPR.

Ricardo Fonseca também respondeu a críticas do MEC de que as informações sobre o bloqueio estariam sendo deturpadas. A nota do ministério cita que há “exploração política desse caso por parte de algumas pessoas e instituições”. “Se o ministro se refere à política partidária, aí respeitosamente tenho que discordar. Estamos fazendo o que faríamos em qualquer período. O que estamos fazen-

do neste momento é pedir socorro pelas universidades para que haja, aí sim, uma política estabelecida para o ensino superior”, completou o presidente da Andifes.

Ricardo Fonseca esclareceu também que a mensagem recebida pelo sistema do governo falava em “perspectiva” de retomada dos recursos em 1º de dezembro. “A incerteza torna a situação ainda mais caótica. Temos compromissos durante este período”. E acrescentou: “Contingenciamentos existem todos os anos, em todos os governos. O que não é comum na execução orçamentária é termos um decreto de contingenciamento nesta fase do ano”, reforçou o dirigente.

E havia mais um problema. O governo estabeleceu um prazo-limite para o empenho das universidades: 9 de dezembro. “Se estes valores forem restituídos no dia 1º, operacionalmente será um imenso desafio para todas as universidades fazerem seus empenhos em pouco mais de uma semana”, criticou.

O uso de receitas arrecadadas pelas universidades com aluguéis de seus terrenos e prédios poderia ajudar neste momento. Mas este caminho também está fechado pelo governo, que impõe limites em cada instituição. “A maioria arrecada, mas não pode gastar. Porque existe sempre este teto orçamentário. Mas o financiamento público continua sendo estratégico, necessário e prioritário”, frisou Ricardo. A UFRJ possui R\$ 15 milhões de superávit nesta rubrica.